

1968 no *Jornal do Brasil* de 2018: um tempo além de seu valor-notícia

1968 in the *Jornal do Brasil* of 2018: a time beyond its news value

Itala Maduell Vieira

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Este artigo analisa o discurso jornalístico do *Jornal do Brasil* sobre os acontecimentos políticos de 1968 no Brasil, no ano de seu retorno às bancas. A partir de levantamento por palavras-chave nas edições impressas de fevereiro a junho de 2018, mais o material especial do centenário e do relançamento, busca-se analisar como o jornal lança mão do tempo para além de seu valor-notícia, como um validador de uma imagem pública desejável do periódico, ancorada em um passado mítico reivindicado pelo jornal em narrativas autorreferentes no presente.

ABSTRACT

This paper analyzes the journalistic discourse in Brazilian newspaper *Jornal do Brasil* about the political events of 1968 in Brazil. Based on a survey of keywords in printed newspaper editions from February to June 2018 and on special material about the centenary and relaunch of *Jornal do Brasil* in 2018, this essay seeks to analyze how the newspaper uses time more than a news value, how it uses time as a validator of a desirable public image of the periodical that is anchored in a mythical past claimed by the newspaper in self-referential narratives at the present.

Palavras-chave

1968; ditadura; história da imprensa; história do Brasil; *Jornal do Brasil*.

Keywords

1968; dictatorship; history of the press; history of Brazil; *Jornal do Brasil*

Introdução

O centenário *Jornal do Brasil* retornou às bancas em 25 de fevereiro de 2018, quase oito anos após o fim de sua circulação em papel. Após mais de um ano de negociações com o empresário Nelson Tanure, que arrendara a marca do herdeiro do jornal, Manuel Francisco do Nascimento Brito, em 2001 (HERKENHOFF, 2010, DA FRAGA JR., 2016), o empresário Omar Resende Peres assumiu o título em 22 de dezembro de 2017, sublicenciando-o por 30 anos.

O *Jornal do Brasil* passou por diferentes fases: começou como um jornal monarquista (1891-1893), tornou-se republicano de oposição (sob a direção de Rui Barbosa, 1893), assumiu um perfil popular (1894-1918), transformou-se em um boletim de anúncios (1918-1953), se modernizou e se consolidou como um jornal de referência (1954-1970), perdendo fôlego, receita e leitores a partir dos anos 1980; viveu uma dura crise até a extinção de sua versão em papel (2001-2010) e retorna em 2018 com tiragem modesta, restrita ao Rio de Janeiro e Niterói. O plano original de Catito era relançar o jornal em 2017, mas as negociações com Tanure se estenderam por mais um ano.

Assim, o *Jornal do Brasil* voltou a circular impresso exatos 50 anos depois de 1968, ano emblemático para o país e determinante para a construção da imagem pública do jornal, mirando num público órfão de seus bons tempos, mobilizando a nostalgia.

Entende-se por nostalgia uma relação problemática que indivíduos, grupos e sociedades estabelecem com o tempo linear e direcionado ao progresso, tal como configurado pela tradição iluminista. A nostalgia seria um tipo particular de prática mnemônica, na qual os vínculos entre passado, presente e futuro se tensionam num movimento que supervaloriza o “campo de experiência” em detrimento do “horizonte de expectativa”, para usar os termos de Koselleck (2006). Porém, no caso do *JB*, o passado se configura no próprio horizonte de expectativas.

O novo *Jornal do Brasil* tem como chamariz o seu passado. Mas não todo ou qualquer passado. Poderia ser acionado o passado monarquista, da sua fundação em 1891 com Joaquim Nabuco, ou centrado nos casos policiais e nas campanhas populares, perfil que adotou em 1894; ou mesmo o passado imediatamente anterior à sua saída de circulação, em 2010. Entretanto, o passado sempre acionado nos discursos autorreferentes do *JB* está nos anos 1960-70, período em que conquistou mercado, prestígio e influenciou outros veículos do país (ABREU, 1996; RIBEIRO, 2007).

Como apontam Matheus e Barbosa (2008), todo o período que vai da fundação aos anos 1950, passando por muitas mãos e perfis editoriais, é instável e, portanto, dificultaria uma narrativa grandiloquente por parte do jornal. Mas é reunido sob a ideia de uma longa origem, que teria dado espaço às míticas reformas modernizantes dos anos 1950 e 60, quando se tornou um jornal grande e respeitado. O ano de 1968 é particularmente caro a essa memória que se deseja reavivar, com retrospectivas dos acontecimentos e da própria cobertura dada pelo jornal à época. Tal prática se evidenciou em outros momentos do periódico, como em seu centenário (MATHEUS; BARBOSA, 2008), assim como no novo *JB* desde sua campanha de relançamento (VIEIRA; KISCHINHEVSKY, 2018).

Este artigo, derivado de pesquisa de doutorado em andamento, analisa o discurso autorreferente do *Jornal do Brasil* nas reportagens sobre os acontecimentos políticos de 1968, no Brasil e no mundo, publicadas no primeiro semestre de 2018, em seu retorno às bancas. A partir de levantamento por palavras-chave nas edições impressas de fevereiro a junho de 2018, recorte deste trabalho, busca-se analisar o imbricamento de efemérides como valor-notícia com a própria imagem pública do periódico, ancorada em um passado mítico reacionado em narrativas autorreferentes, destacando como o jornal noticiou, no passado, aqueles fatos.

Tempo como valor-notícia

Nas teorias do jornalismo, o tempo é considerado um dos valores-notícia não apenas por acontecimentos de última hora, mas também por aqueles ocorridos no mesmo dia em anos ou décadas anteriores, por exemplo, sendo esse aniversário o próprio gancho, ou *news pag*, da notícia: são as efemérides (TRAQUINA, 2008, p. 81). Jornais, rádios, programas de TVs e sites de notícia e informação costumam preparar reportagens especiais, antecipadamente, a partir do calendário de efemérides do ano. Sem nos estendermos no debate acerca de critérios de noticiabilidade (SILVA, 2005), cabe pontuar que acontecimentos marcantes fazem parte das pautas de veículos de comunicação, especialmente em datas redondas: 10, 50, 100 anos, e movimentam toda uma cadeia: livros, discos, shows são lançados ou relançados, personagens rememorados.

E 1968 foi um ano farto de acontecimentos marcantes, no Brasil e no mundo – a ponto de tornar o ano, ele próprio, um acontecimento emblemático. *1968, o ano que não terminou*, de Zuenir Ventura, *bestseller* nos anos 80, contribuiu para isso. Depois de relançamentos, o jornalista voltou com *1968, o que fizemos de nós* (2008). Em 2018 tivemos lançados *1968: eles só queriam mudar o mundo*, de Regina Zapa e Ernesto Soto; e *1968: quando a Terra tremeu*, de Roberto Sander.

O fato de ser o cinquentenário tende a aumentar o destaque dado pela imprensa. Assim, foram lembrados os assassinatos do estudante Edson Luís, no Rio, em março, e do líder Martin Luther King, nos Estados Unidos, em abril, o movimento de maio na França, a Passeata dos Cem Mil, em junho, e já se antecipam as referências à decretação do AI-5, em dezembro. A seguir, apresenta-se a cobertura dos acontecimentos nacionais no *Jornal do Brasil*, em 2018, nos quais o próprio jornal se torna um co-protagonista.

Edson Luís

Como registra Martins Filho (1987, p. 138), havia, desde 1967, uma progressiva militarização da política do Estado para com o meio universitário, mesmo em manifestações pontuais, não voltadas contra o governo, caso das reivindicações por melhorias no restaurante universitário Calabouço, onde em janeiro de 1968 já ocorrera uma pequena passeata reprimida a tiros. Dois meses depois, estudantes se organizavam para novo protesto contra o preço da comida em frente ao Calabouço, quando uma tropa da PM os surpreendeu, atirando para dispersar o grupo. Acuados, os estudantes entraram no restaurante, que foi então invadido pelos policiais militares, a tiros. O secundarista paraense Edson Luís de Lima Souto, de 18 anos, que estava dentro do Calabouço, foi baleado à queima-roupa e morreu. Os jovens se mobilizaram para carregar seu corpo em passeata pelas ruas do Centro, até a Assembleia Legislativa, onde foi velado. “Foi por pouco que os estudantes conseguiram manter o corpo do Edson Luís, porque se ele caísse na mão da polícia talvez não tivesse se tornado o símbolo que se tornou. Ninguém ia saber [...] porque eles davam sumiço nos corpos”, escreveu o fotojornalista Evandro Teixeira (*JB*, 25/3/2018), cujos registros da repressão ao movimento estudantil em 1968 se tornaram referência.

No novo *Jornal do Brasil*, o selo “1968/Brasil” foi lançado em março de 2018, um mês após a volta às bancas, em reportagem de três páginas sobre o assassinato do estudante Edson Luís, em que “testemunhas e historiadores comentam o marco que ajudou a sensibilizar a classe média e precedeu um acirramento da ditadura militar no país” (*JB*, 25/3/2018). A chamada é ilustrada por duas fotos de acervo: um registro do velório feita por José Hamilton (28/3/1968) e um flagrante de Evandro Teixeira de 4 de abril, na missa de sétimo dia na Candelária, que terminou com a cavalaria da Polícia Militar encurralando e golpeando quem saía da igreja. A

primeira página sugere comparações entre passado e presente, criando paralelos com duas notícias do dia: a morte de oito jovens na saída de um baile funk na Favela da Rocinha, e o movimento Marcha pelas Nossas Vidas, que levou milhões de norte-americanos às ruas pedindo paz e maior controle na venda de armas nos EUA.

Sobre Edson Luís, além de publicar fotos de acervo, o jornal deu grande destaque a um depoimento encomendado sobre aquela cobertura jornalística a Teixeira, que trabalhou no *Jornal do Brasil* de 1963 a 2010, e tem fortes vínculos com o veículo. Ele enaltece o papel dos jornalistas:

O que sei é que, entre 64 e 68, não havia visto nada tão violento como passei a ver depois da morte do Edson. O clima do Rio era de guerra e terror. A gente trabalhava sob terror. Ninguém sabia se voltaria para a redação. Mas eu fotografava mesmo assim. Eu gostava de fazer aquilo porque era contra a ditadura. E a maneira de ser contra não era subindo em palanque, porque não era mais estudante, já tinha sido. Eu era jornalista, e burlava a censura por prazer (TEIXEIRA, *JB*, 25/3/2018)¹.

Sobre a postura do jornal, Teixeira reforça o mito do enfrentamento à ditadura ao relatar a experiência de fotografar a missa de 7º dia do estudante, com detalhes sobre a brutalidade policial vista naquele dia:

Nós fomos para a Candelária e eu me lembro bem: fiquei no alto de um prédio de 13 andares de frente para a igreja. Nós estávamos ali em cima vendo a cavalaria chegar – eu e os outros fotógrafos e cinegrafistas. A PM chegou e começou a massacrar todo mundo que estava fora da igreja. [...] Eu vi o fotojornalista Alberto Jacob, do *JB*, ser totalmente

arrebetado. Tomaram o equipamento dele, tudo. Quando a polícia se deu conta de que nós estávamos fotografando de lá de cima, começaram a atirar na nossa direção. Só que naquela época não havia bala de festim, era bala de verdade. [...] Saímos para o edifício ao lado da sede da *Revista Seleções*. Para mandar o filme para a redação, tive que colocá-lo num envelope dentro da calcinha de uma repórter da revista. [...] Os jornais e seus funcionários não eram poupados do massacre. **Ainda mais o “Jornal do Brasil”, que era declaradamente contra a ditadura e pagou caro por isso.** (TEIXEIRA, *JB*, 25/3/2018).

Tem nuances, porém, a cobertura factual da morte de Edson Luís pelo *JB*, e o seu posicionamento tanto em relação ao governo como ao movimento estudantil. No dia seguinte, sob o título “Assassinato leva estudantes à greve nacional”, dizia:

A morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, de 16 anos – baleado no peito, às 18h30 de ontem, durante um conflito da PM com estudantes no Restaurante Calabouço – provocou greve geral de várias faculdades no Rio e o movimento deverá estender-se pelo país (*JB*, 29/3/1968).

A autoria do assassinato – a Polícia Militar – não é diretamente mencionada, deslocando a ênfase ao movimento de estudantes. Como contraponto, o *Correio da Manhã* do mesmo dia estampou a manchete “Polícia Militar mata estudante”, e em editorial critica duramente a ação da polícia: “não agiu a Polícia Militar como força pública. Agiu como bando de assassinos” (*Correio da Manhã*, 29/3/1968, apud CHAMMAS, 2012, p. 88).

Dois editoriais publicados de 3 de abril de 1968 – portanto já depois do assassinato de Edson Luís – criticam estudantes. “Não é com descaso que o problema da educação será resolvido, nem será com violência e o tumulto que os estudantes contribuirão para levar as autoridades a amadurecer

1 “Ditadura - Evandro Teixeira mostrou em imagens o período mais sombrio da história brasileira.” Em <http://m.jb.com.br/1968-brasil/noticias/2018/03/25/ditadura-evandro-teixeira-mostrou-em-imagens-o-periodo-mais-sombrio-da-historia-brasileira/>. Acesso em 24/6/2018.

uma nova consciência da necessidade urgente da reforma do ensino”, se lê em “Educação e Polícia”. E em “Revolução e Comunicação” recrimina o “reaparecimento da desordem nas ruas”, como em 1964, e clama por “ordem” e “restabelecimento da unidade” – o que acabaria por acontecer, com o AI-5.

A invasão à sede do jornal ou a retirada do ar da Rádio Jornal do Brasil por três dias, em retaliação à cobertura da missa em homenagem ao estudante Edson Luís na Candelária², mencionada por Evandro Teixeira em 2018, são aspectos importantes a considerar na relação do jornal com o governo militar.

De acordo com Chamas, abril de 1968 foi o primeiro momento em que o *JB*, que apoiara o golpe militar que derrubou Jango, em 1964, marcou com clareza as suas diferenças em relação aos militares. Essa distância voltaria a aparecer em junho, na Passeata dos Cem Mil, e em dezembro, com o AI-5. A crítica ao governo, ainda que tímida, sutil e sujeita a variações, indica o início do tensionamento de uma relação até então marcada pelo apoio constante do jornal à ditadura. Algumas explicações possíveis, segundo o autor, seriam o fechamento temporário da rádio; a repressão violenta aos filhos da classe média nas manifestações estudantis de junho; e o crescente descontentamento de setores da burguesia com a ditadura (CHAMMAS, 2012, p. 79).

Passeata dos Cem Mil

Junho de 1968 teve mais episódios protagonizados por estudantes, sendo o mais importante a Passeata dos Cem Mil. Novamente o jornal recorre ao fotojornalista Evandro Teixeira, convidado a voltar à escadaria da Câmara Municipal, de onde registrou o discurso de Wladimir Palmeira e a multi-

2. Segundo o jornalista Eliakim Araujo, que trabalhava na Rádio JB, a fita chegou da rua com a matéria do repórter e na edição o técnico encerrou com um “sobe som” do ambiente exatamente quando os manifestantes gritavam “assassinos, assassinos”. Este simples rabicho de 2 a 3 segundos no final da reportagem que chamamos de “sobe som” custou à JB-AM três dias fora do ar, por ordem do governo militar (ARAUJO, 2010).

ção, em fotos que se tornaram emblemáticas, como “Abaixo a ditadura, o povo no poder”³.

O cinquentenário da Passeata dos Cem Mil mereceu grande chamada na primeira página de 24/6/2018, mais uma vez recorrendo ao fotojornalista Evandro Teixeira:

Olhar histórico. Ao lado, Evandro Teixeira diante de uma de suas imagens mais célebres: o registro da Passeata dos Cem Mil, em 26 de junho de 1968. **Censurada, a foto inspira até hoje aqueles que, como o JB, lutam pela democracia no Brasil** (JB, 24/6/2018, p. 1, grifo nosso).

Evandro também enfatizou a censura à foto:

Mas a pressão não vinha só de fora, vinha de dentro também com os censores. Para publicar foto, a gente fazia duplicata. Por exemplo, você conhece aquela foto “Abaixo a ditadura” do dia da passeata dos Cem Mil? Era pra ter ido para a primeira página. Mas os censores perceberam a nossa euforia na volta da manifestação, tomaram a foto e sumiram com tudo. Ela só foi preservada porque existia uma cópia arquivada. O que foi publicado foi, o que não foi, acabou destruído nas ruas, tomado pelos militares, ou arquivado, e está aí até hoje (TEIXEIRA, JB, 25/3/2018).

Coisas da memória. Apenas com a decretação do Ato Institucional nº 5, em 14 de dezembro de 1968, seria praticada censura prévia nas redações com militares ou prepostos fiscalizando as edições – o que só seria propriamente “legalizado pelo Decreto nº 1.077, de março de 1970. Só a partir de 1969, e até 1978, jornais, revistas, rádios e emissoras de TV receberiam ordens e recomendações, por telefone, proibindo ou desaconselhando a divulgação de fatos considerados desagradáveis aos olhos do regime militar. “Podemos afirmar que o modelo de caracterização negativa da luta armada foi definido pela própria mídia, porque an-

3 “Passeata dos cem mil: glorioso e pacífico momento histórico”. Em https://www.youtube.com/watch?time_continue=2&v=Ax8LP6k4rTI. Acesso em 24/6/2018.

tecede a instituição da censura”, defende Abreu (2000, p. 43), registrando que foi a partir do *JB* que se popularizou o uso das palavras “terrorista” e “terrorismo” para designar militantes de esquerda e suas ações.



Figura 1: “Abaixo a ditadura, o povo no poder”. Foto de Evandro Teixeira. Fonte: *JB*, 26/6/1968



Figura 2: Evandro Teixeira. Fonte: *JB*, 24/6/2018

Duas páginas inteiras desta edição dominical são dedicadas aos 50 anos da Passeata dos Cem Mil. Em ensaio encomendado pelo jornal, o ex-líder estudantil Jean Marc von der Veid analisa o significado das manifestações estudantis daquele ano, em ensaio com fotos de Evandro Teixeira. Nas páginas internas, o jornal se referencia com a reprodução da primeira página da época, com foto da passeata em destaque logo abaixo do cabeçalho:



Figuras 3 e 4: Passeata dos Cem Mil no *JB* em 2018. Fonte: *Jornal do Brasil*, 24/6/2018

O título para o depoimento de Evandro Teixeira é “Glorioso e pacífico momento histórico”, que remete ao próprio posicionamento do jornal à época – em defesa das reivindicações estudantis, desde que encaminhadas na paz e da ordem.

O ataque a jovens no campus da UFRJ na Praia Vermelha, ocorrido às vésperas da passeata, e que a motivou, foi anunciado no JB pela manchete “Exército em prontidão rigorosa e nova passeata é anunciada para hoje”, e um editorial que afirma serem as pautas estudantis legítimas, mas as pautas políticas de interesse das “pretensas lideranças estudantis” que “pretendem estabelecer a anarquia, como motivação inicial à implantação de um regime de exceção, contra o qual poderiam posteriormente lançar-se com argumentos que preconizam válidos para incitar as massas à luta armada” (JB, 21/6/1968). Logo, trata-se mais de uma memória enquadrada (POLLAK, 1989).

A edição do AI-5

A edição de 14 de dezembro de 1968, dia seguinte à decretação do Ato Institucional nº 5 pelo governo militar, é um capítulo à parte na história do *Jornal do Brasil*, influenciando os rumos da história a ser contada sobre o jornal. Ladeando o cabeçalho, acima da manchete que anunciava o AI-5 e o fechamento do Congresso por tempo ilimitado, o pequeno espaço dedicado à previsão do tempo, em letras miúdas, escapou aos censores: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos”. Do outro lado, uma chamada para efeméride, com duplo sentido: “Ontem foi Dia dos Cegos”.

Desde então, o jornal – que mudou tantas vezes de dono e de orientação editorial – lança mão desta edição como se fosse um inequívoco e permanente alvará de independência editorial. Não seria diferente no relançamento do veículo, que deu grande ênfase à cobertura dos anos de chumbo no Brasil e no mundo, com a reprodução das capas do

AI-5 e da morte de Salvador Allende, no Chile, em 1973 – página marcante de resistência, pois o jornal, proibido de publicar títulos ou fotos sobre a notícia, estampou texto ocupando praticamente toda a primeira página, em corpo 14. A “coragem e inteligência contra a censura” é assinalada no encarte de relançamento, que reproduz a capa do AI-5 com o texto a seguir:

Nos momentos mais decisivos, quando a liberdade estava em risco, o JB não se omitiu. As páginas de 1968 são uma aula do jornalismo corajoso e independente do *Jornal do Brasil*. Até na edição do AI-5, o mais duro golpe nas liberdades democráticas, o *Jornal do Brasil* soube usar da coragem e inteligência de seus repórteres, fotógrafos, editores e redatores para passar ao leitor o que a censura estava proibindo de ser divulgado. Sem se acovardar à censura o *Jornal do Brasil* decidiu marcar seu protesto com a publicação improvisada de anúncios. Mas o JB foi além: na previsão do tempo (à esquerda do cabeçalho), que driblou a vigilância dos coronéis censores que ocuparam a redação e a oficina, estava dado o recado (JB Encarte, 2018, p. 3).

Não há dúvidas quanto à ousadia dos jornalistas neste episódio. Convém ressaltar, ao mesmo tempo: 1. redações não são grupos coesos; havia entre os jornalistas simpatizantes e mesmo militantes de oposição à ditadura, assim como adesistas ou mesmo colaboradores (KUSCHNIR, 2005); 2. páginas como a do JB no AI-5 se tornaram icônicas justamente por sua excepcionalidade. Esta, assim como a igualmente marcante edição sem título para a notícia da morte de Salvador Allende, em 1973, foram possíveis graças a uma conjunção de fatores. Portanto, não eram regra no JB. 3. Dentro do que se convencionou chamar de cultura da memória, todos os veículos de comunicação revisitam suas trajetórias. O JB sobreviveu para contar sua história, o que não ocorreu como o *Correio da Manhã*, depois sufocado. Mais do que qualquer outra bandeira, os

veículos apresentam-se como cães da guarda da liberdade de imprensa, este sim um valor maior, mais evidenciado do que a defesa da democracia nos discursos da época, em reportagens ou editoriais. À medida que o tempo passa, toma-se a defesa da liberdade de imprensa por defesa da democracia.

Memórias seletivas, história consolidada

Mitos emergem quando atos extraordinários, efêmeros, da ordem do humano e do perene, se tornam imortais, duráveis. A noção de permanência por atos memoráveis influencia indivíduos, grupos, sociedades. Um acontecimento, por sua vez, só transcende ao se tornar narrativa, engendrando um paradoxo entre permanência e fugacidade.

Ao analisar o discurso autorreferente do *JB* a respeito de seu centenário, Matheus e Barbosa (2008, p. 113) identificam no material estudado quatro grandes fases da história do jornal: uma “origem” estendida, que engloba os 60 anos anteriores à década de 50; a “reforma”, período de transição para um novo jornalismo; os anos 1960/70, “quando o jornal se tornaria expressão de resistência em favor da liberdade”; e a década de 80, em que o jornal se apresentaria como promotor da justiça.

Na edição do centenário, em abril de 1991, o jornalista Zuenir Ventura reforça a ideia de “resistência em favor da liberdade”:

Durante esse período, o *JB* viu as trevas se abaterem sobre o país, mas acabou vendo também o renascimento da luz. Foi testemunha, sempre, e muitas vezes vítima dos acontecimentos. Desagradou a uns e a outros. Em 61, foi censurado pelo governo Carlos Lacerda, e em 64 teve sua sede militarmente invadida pelos fuzileiros navais do governo de Jango; sofreu incontáveis ações de arbítrio, e, de dezembro de 68 a janeiro de 69, circulou sob censura prévia; enfrentou censores na redação, sofreu um implacável boicote econômico, teve dire-

tores e editores presos em pelo menos duas ocasiões e deixou de circular duas vezes como protesto – em 29 de agosto de 61, quando 90% de seu material foi censurado pelo governo estadual de Carlos Lacerda, e no dia 15 de dezembro de 68, quando um de seus diretores, o embaixador Sette Câmara, foi preso pelos militares (VENTURA, 1991, p. 7).

As edições de 14 de dezembro de 1968 (decretação do AI-5 no Brasil) e de 12 de setembro de 1973 (morte de Salvador Allende no golpe militar no Chile), celebradas naquela edição centenária, e agora no retorno, “são lembradas como monumento à resistência jornalística [...], alimentam até hoje o mito da resistência e a fábula do jornalista esparto contra autoridades ignorantes, sobretudo militares”, como dizem Matheus e Barbosa (2008, p. 117), e silenciam acerca do apoio do *JB* ao golpe e à ditadura (ver também RIBEIRO, 2007; ABREU, 2000; CHAMMAS, 2012).

Huysen destaca o papel contemporâneo da mídia na construção da memória, nas disputas envolvendo a promoção de memórias coletivas e os esquecimentos. “As próprias estruturas da memória pública midiática ajudam a compreender que, hoje, a nossa cultura secular, obcecada com a memória, tal como ela é, está também de alguma maneira tomada por um medo, um terror mesmo, do esquecimento” (HUYSEN, 2000, p. 19).

Para Pollak (1989), a memória, “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”, se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades – partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, famílias, comunidades, nações e, tal como propomos aqui, categorias profissionais. Como pontua o autor, a referência ao passado serve para *manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade*, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também

posições irredutíveis: “O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e de grupo; manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, eis as duas funções essenciais da memória” (POLLAK, 1989, p. 15), que observamos nos discursos autor-referentes do *Jornal do Brasil*.

É ainda Pollak que destaca que, conforme as circunstâncias, a ênfase é dada a um ou outro aspecto das lembranças, deformando e reinterpretando o passado, em permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido (1989, p. 3-15). Isso remete ao fato de que a memória está vinculada ao sentido da passagem do tempo, que, na visão de Ricoeur (2007), é uma “orientação em mão dupla, do passado para o futuro, de trás para frente, por assim dizer, mas também do futuro para o passado, segundo o movimento inverso de trânsito da expectativa à lembrança, através do presente vivo” (Ricoeur, 2007, p. 108). Neste sentido, entende-se que o novo *JB* orienta-se do presente a um determinado passado, e deste recupera aspectos nos quais assenta sua perspectiva de futuro.

Considerações finais

Para além das reconstruções memorialísticas, a história do *JB*, como a de qualquer outro veículo, está longe de ser coerente ou rigorosamente fiel aos ideais atribuídos a um jornalismo ético e democrático. O jornal, que nasceu monarquista logo após a proclamação da República, apoiou o golpe militar de 1964, como toda a imprensa de referência da ocasião.

Entre as pesquisas que se debruçaram sobre o trabalho jornalístico no período, Abreu (2000), Kuschner (2005) e Chammas (2012), por exemplo, são relevantes no esforço de observar silenciamentos – conscientes ou não – na relação de jornais com os governos militares. Como eles, não se trata aqui de apontar erros históricos nesta visão à posteriori da postura do *Jornal do Brasil* durante o período dita-

torial, compartilhada por ex-profissionais da casa e incorporada pela nova gestão. A memória, embora frágil como fonte de informação factual, é ao mesmo tempo uma grande potência, e o intuito é observar seus tensionamentos e reconfigurações ao longo do tempo.

Procuramos evidenciar que a romantização e equalização dos contrastes, contradições do fazer jornalístico naquele ano, em reconstrução narrativa pressupõe uma coerência e em que se apagam as contradições das coberturas.

Uma das chaves de leitura que nos parece relevante neste trabalho de reconstrução de memórias e de reafirmação da história do *Jornal do Brasil* como um jornal combativo está muito mais ligada a certo corporativismo do que a ideologias à esquerda ou à direita do espectro político: ao estudar os editoriais do *Jornal do Brasil* e do *Correio da Manhã* entre 1964 e 1968, Chammas (2012, p. 78) chama a atenção para um aspecto na relação da imprensa com a ditadura: “a censura aos meios de comunicação alimentou a autoconstrução do mito da resistência da imprensa ao autoritarismo”.

Referências

ABREU, João Batista de. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil*. Niterói, Rio de Janeiro: Eduf, Mauad, 2000.

ABREU et al. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ARAUJO, Eliakim. O eixo do mal do jornalismo. *Blog de Gilson Sampaio*, 20 abr. 2010. Disponível em <<http://gilsonsampaio.blogspot.com/2010/04/o-eixo-do-mal-do-jornalismo.html>>. Acesso em 9 jul. 2018.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. Disserta-

ção (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2012.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006.

_____. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2014.

KUSCHNIR, Beatriz. *Cão de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papyrus, 1987.

MATHEUS, Letícia, BARBOSA, Marialva. O *Jornal do Brasil* e as noções de tempo histórico no fazer jornalístico. *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 35, p. 103-118, abr. 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história do Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 2, n. 1, 1º sem. 2005.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2008.

VIEIRA, Itala Maduell, KISCHINHEVSKY, Marcelo. Ressurreição de um ente querido: a volta do JB e a (re)construção da memória de um ícone do jornalismo. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 27., 2018, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: PUC-Minas, Compós, 2018.

Itala Maduell Vieira – Professora do quadro complementar de tempo integral do Departamento de Comunicação da PUC-Rio, mestra em Comunicação pela ECO/UFRJ com bolsa CNPq e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUC-Rio. **E-mail:** italamad@gmail.com

Recebido: 21 set. 2018

Aprovado: 19 dez. 2018

